

O Lugar da História Local¹.

José D'Assunção Barros²

A História Local é uma realidade no quadro geral de modalidades historiográficas contemporâneas, notadamente no Brasil – país de vasta extensão territorial e, conseqüentemente, dotado de uma enorme multiplicidade de espaços internos, concretos e imaginários. Um dos objetivos desta palestra será o de refletir sobre a especificidade desta modalidade historiográfica, no interior do quadro mais amplo de uma expansão historiográfica que não tem cessado de produzir novas diversificações no interior do saber historiográfico. Como se relaciona a História Local – ou a História Regional, que pode vir a constituir uma segunda designação importante, com as suas nuances específicas – com as demais modalidades historiográficas? Como convivem os setores historiográficos que decidem elaborar preponderantemente uma História Local, ou uma História Regional, no quadro mais amplo da rede de instituições historiográficas que definem os parâmetros e regras a serem seguidos pela comunidade de historiadores, e que pretendem definir a divisão do trabalho intelectual a ser implementada a partir dos incentivos e dos programas de pós-graduação? Estas são algumas perguntas que nos propomos a levantar na segunda parte desta palestra.

Também nos perguntaremos: o que distingue a História Local da História Regional, se é que existe uma distinção possível a ser pensada entre estas duas expressões, e o que distingue ambas da Micro-História, que é a nosso ver uma modalidade bem distinta, mas que, frequentemente, se vê confundida com a História Local por trabalhar com realidades “micro”? Por fim, será a História Local apenas uma expressão entre tantas, em um universo historiográfico mais amplo para o qual seria preferível mesmo nos referirmos a uma “História sem Adjetivos”? Ou os adjetivos são, de alguma maneira, necessários?

¹ Conferência para o *I Encontro de História Local/ Regional da UNEB*, realizado na cidade de Santo Antonio de Jesus, em novembro de 2009. O texto posteriormente foi publicado na coletânea *A Expansão da História*, que reúne seis conferências do autor (BARROS, José D'Assunção. *A Expansão da História*. Petrópolis: Editora Vozes, 2013).

² Professor-Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História; Professor do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

A última questão já nos coloca diante uma proposição inicial, sobre a qual procuraremos refletir até o final da palestra. Será que a multiplicidade de adjetivos que tem surgido para designar a História e atribuir-lhe sub-especialidades – formando designações como “História Cultural”, “História Política”, “História Econômica”, “Micro-História”, “História Local”, e inúmeras outras – é mero jogo de palavras? Será que esta multiplicidade de designações tem utilidade efetiva para a História e para a Vida? Ou, no limite, seria preferível suprimi-las, e substituí-las mais uma vez por uma “história sem adjetivos”?

Partiremos da intuição inicial, a ser verificada ou demonstrada oportunamente, de que nada acontece por acaso (ou, pelo menos, muitas coisas não acontecem por acaso). Se a História foi se adjetivando, gerando suas modalidades e especialidades internas, é porque devem ter ocorrido motivos para isto. Se assim for, simplesmente retirar do campo disciplinar da História todas estas designações, com um ato de força simbólica, e almejar a renomeação da História a partir de uma recusa às inúmeras adjetivações que foram surgindo na história da historiografia – fazer isto, se tal fosse possível, poderia mais gerar novos problemas do que resolver os problemas já existentes. Pensamos que, se surgiram as várias designações para os inúmeros campos históricos – e este é um fato incontornável – é porque estas designações apareceram para organizar certo espaço interno de saber, para torná-lo mais compreensível, ou até mesmo para organizar os problemas que se têm colocado diuturnamente aos historiadores.

Eliminar uma prática de nomeações que de algum modo surgiu para organizar um campo interno de problemas, objetos e conexões possíveis não é mais do que se recusar a enfrentar cada um destes problemas e demandas em vista de uma promessa de retorno à matéria indivisa dos primórdios historiográficos. Deve haver mais a se fazer do que simplesmente recusar adjetivos. Pode também haver mais a fazer do que simplesmente aceitar a miríade de adjetivos que definem os inúmeros campos históricos como expressões delimitadoras de especialidades ou compartimentos historiográficos. Não seria possível uma solução entre estas duas? Repensar, entre a “História sem adjetivos” e a “História fragmentada em compartimentos historiográficos”, uma terceira solução que seria a da “História poli-adjetivada”?

Sustentamos isto em obra recente¹. Não existe propriamente um trabalho historiográfico ou alguma pesquisa já realizada que possa simplesmente se situar no interior da História Cultural, da História Oral ou da História Local. Qualquer objeto historiográfico de estudo clama na verdade por certa conexão de campos históricos: um

determinado trabalho pode produzir o seu sentido em uma determinada conexão entre a História Cultural, a História Local, e a História Oral, e um outro trabalho, voltado para uma outra temática e acessado por uma outra abordagem, pode se constituir na conexão entre a História Econômica, a História Serial e a História de gênero, ou a estes campos históricos acrescentar também o diálogo com a História Política, e assim por diante. Os objetos historiográficos, é o que sustentamos, não se fazem presentes no interior dos campos históricos, mas entre eles, na conexão entre eles, sob a ação privilegiada destes campos ou desta conexão de campos.

Compreendido que nenhum objeto historiográfico de estudos se enquadra no interior de um único campo histórico, mas sim em uma conexão que se estabelece entre vários campos históricos, poderemos passar, em seguida, a examinar uma modalidade historiográfica que não tem cessado de se fortalecer na historiografia brasileira: a História Local (e sua prima-irmã, desde que não consideremos que estamos tratando aqui da mesma modalidade, a História Regional). Em um país que abriga dentro de si a possibilidade de se pensar tantos espaços internos, que não apenas devido às diversidades geográficas e naturais, como também em virtude da multiplicação de alternativas culturais, o “local” como foco de atenção para o historiador tem se mostrado um âmbito muito rico para a prática e as escolhas historiográficas. Refletiremos, portanto, sobre esta modalidade mais específica, e sobre outras como a História Regional, a prima-irmã, ou como a Micro-História, que sequer é uma parente distante, mas que não raro é confundida com as outras duas quando não paramos para pensar em maior profundidade sobre o que cada uma destas modalidades tem de singular e específico.

Já houve quem dissesse, e esta é certamente uma excelente frase: “Toda História é Local”. Trata-se de uma bela frase de efeito, ao mesmo tempo necessária e carregada de sentidos. Trata-se de uma frase similar à que foi pronunciada por Benedetto Croce, historicista italiano da primeira metade do século XX, quando proferiu o dito de que “Toda História é Contemporânea”. Com isto queria mostrar que qualquer história – seja a História Antiga, a História Medieval, a História Moderna ou a “História Contemporânea” propriamente dita – são sempre elaboradas a partir de um momento que é o do Presente do historiador, o que interfere nas demandas que se colocam para cada uma destas especialidades temporais da historiografia.

Quando se diz que “Toda História é Local”, pretende-se lembrar a todos que, assim como toda história é pronunciada de um certo momento no tempo, qualquer

história é produzida também a partir de um “lugar”. Essa assertiva é correta. Em um célebre texto intitulado “A Operação Historiográfica”, Michel de Certeau já refletiu longamente sobre o fato de que todo trabalho historiográfico está relacionado a um determinado “lugar de produção”, com todas as implicações que isto traz para o trabalho historiográfico e para as pressões que se exercem sobre o historiador. De igual maneira, “toda história é local” porque a sua prática se exerce a partir de um local – seja uma metrópole como São Paulo ou Rio de Janeiro, seja a partir de uma localidade menor como Santo Antônio de Jesus, seja a partir de algum ponto sem nenhuma referência cidadina, e que mais adequadamente deveria ser definido em termos de um lugar de produção mais inserido integralmente na ruralidade. O historiador poderá estar escrevendo a sua história em uma aldeia indígena abrigada na floresta amazônica. Não importa que esteja escrevendo sobre o Cinema Americano, sobre a Revolução Cubana, ou sobre as tribos indígenas norte-americanas – ao produzir sua história do coração da Amazônia e dos vínculos que estabeleceu ou estabelece com este lugar, estará sendo beneficiado pelas cores locais que o levarão a refletir de uma nova maneira sobre os antigos problemas e objetos historiográficos. Talvez a questão ecológica adquira para ele um significado especial ao refletir sobre certos filmes de ficção científica produzidos pelo cinema americano, ou talvez as lutas e demandas dos nativos norte-americanos sejam retomadas por ele em referência às próprias demandas que lhe chegaram dos nativos da Amazônia brasileira. Mesmo sem o saber – já que nem sempre ocorrerá, ao historiador que se debruça sobre os estudos da Antiguidade, o gesto inusitado de interromper o seu trabalho para refletir mais acuradamente sobre o fato de que estará sempre produzindo uma “história contemporânea” – também este historiador estará sempre produzindo uma “História Local” neste sentido mais amplo: uma história que se produz de um lugar, que traz as marcas deste lugar, que retorna depois a este mesmo lugar e produz novas interações com os leitores que se reapropriarão criativamente desta história.

Isto posto – a saber, esta realidade incontornável de que “toda história é local” – não há também como deixar de refletir sobre o fato de que a história da historiografia conheceu ainda um outro sentido para a expressão “História Local”, agora no âmbito de um quadro intradisciplinar que assistiu a uma crescente ampliação das designações para as diversas “modalidades historiográficas”. É sobre este sentido que gostaríamos de refletir, pois é o que mais interessa neste momento em que tantos setores da historiografia brasileira têm moldado a sua identidade em termos de trabalhos de

“História Local” ou “História Regional”. O que define a “História Local” neste sentido mais específico?

Começaremos por dizer que, na “História Regional” ou na “História Local”, a “região”, o “local”, o “espaço” são trazidos de fato para o centro da análise. O “lugar”, na História Local, não se relaciona apenas à dimensão local dentro da qual se produz o trabalho do próprio historiador; aqui, o “local” é trazido para uma posição importante no palco da análise historiográfica. Nada impede que esta mesma “história local” – esta história cujo historiador considerou importante chamar de “local” em virtude da centralidade que o “lugar” ocupa na sua análise historiográfica – seja também ela uma História Cultural, uma História Política ou uma História Econômica, ou inúmeras outras modalidades. Já vimos isto na primeira parte desta palestra, quando discorremos sobre a questão de que todo trabalho historiográfico se produz, na verdade, no seio de uma interconexão de campos históricos. Minha “história local” pode ser também uma “história oral” e uma “história política”. Este é o sentido que pontuávamos no início desta palestra com vistas à possibilidade de se falar em histórias “poli-adjetivadas”. Cada trabalho historiográfico conclama para si certa conexão de campos históricos. Uma história, entre outros adjetivos, será uma “história local” no momento em que o “local” torna-se central para a análise, não no sentido de que toda história deve fazer uma análise do local e do tempo que contextualiza os seus objetos, mas no sentido de que o “local” se refere aqui a uma cultura ou uma política local, a uma singularidade regional, a uma prática que só se encontra aqui ou que aqui adquire conotações especiais a serem examinadas em primeiro plano. Pode-se dar ainda que, na História Local, o “local” se mostre como o próprio objeto de análise, ou então que se tenha em vista algum fator à luz deste “local”, desta “singularidade local”.

No quadro de três grupos de critérios atrás descrito – Dimensões, Abordagens e Domínios Temáticos – podem ser definidas como “abordagens” a História Local, a História Regional, e também a Micro-História. Temos aqui modalidades historiográficas que se delineiam a partir dos fazeres historiográficos postos em movimento pelo historiador. Com a História Local, assim como ocorre com a Micro-História, o historiador trabalha de uma certa maneira: ele escolhe ou constitui criteriosamente um certo universo de observação.

Outro ponto importante deve ser considerado. O fato de que uma história possa ser compreendida como “história local” não exclui a possibilidade de que esta mesma história se refira a uma “totalidade”. A “história local” não é uma “história em

migalhas” (uma expressão que mais habitualmente se refere a uma espécie de fragmentação gratuita e desconectada do campo temático da historiografia). Também não é uma “história em migalhas” a Micro-História, esta outra modalidade que não raramente é confundida com a História Local, por distantes que estas duas modalidades historiográficas estejam uma da outra no que se refere à maneira como podem ser definidas. Guardemo-nos, portanto, de nos deixar enredar pela falácia de que a “História Local” não é compatível com o projeto de trabalhar com a categoria da “totalidade”².

Será fulcral compreender também outro aspecto sem o qual poderemos nos enredar em uma nova falácia. Nenhuma “localidade”, ou nenhuma “região”, ou nenhuma “área”, se quisermos empregar uma terceira expressão, está dada previamente. Não existem, para o historiador, regiões que se impõem a ele como espaços já dados de antemão. Isto porque a “região” ou a “localidade” dos historiadores não é a localidade dos políticos de hoje, ou da geografia física, ou da rede de lugares administrativos em que foi dividido o país, o estado ou o município. Toda “Região” ou “localidade” é necessariamente uma construção do próprio historiador. Se ela vir a coincidir com uma outra construção que já existe ao nível administrativo ou político, isso será apenas uma circunstância³.

De fato, o historiador poderá tomar a cargo de sua pesquisa inúmeros objetos culturais, políticos, econômicos, demográficos, ou estabelecidos a partir de combinações entre estas dimensões ou outras, que irão requerer dele que elabore as suas próprias “áreas” e “localidades”, bem distintas em relação às localidades previstas nos atuais quadros institucionais-administrativos. O objeto constituído pelo historiador pode exigir que ele quebre uma determinada unidade geo-política, que misture o pedaço de uma com o pedaço de outra, se formos pensar na comparação entre as “regiões” e “localidades” que são construídas pelos historiadores e outras que atendem a propósitos políticos, administrativos, geofísicos. Para um historiador, a região não será tanto aquilo de onde a pesquisa partirá, mas sim aquilo que a pesquisa pretende produzir historiograficamente. A região, para a operação historiográfica, não é ponto de partida; frequentemente é o ponto de chegada. Reflitamos um pouco sobre isto.

Atrelar o espaço ou o território historiográfico que o historiador constitui a uma pré-estabelecida região administrativa, geográfica (no sentido que já era proposto pelo geógrafo Vidal de La Blache no início do século XX), ou vincular a escolha do historiador a uma “área pré-estabelecida” de qualquer outro tipo, pode implicar em deixar escapar uma série de objetos historiográficos que não se ajustam a estes limites.

A mesma comodidade arquivística que pode favorecer ou viabilizar um trabalho mais artesanal do historiador – capacitando-o para dar conta sozinho de seu objeto sem abandonar o seu pequeno recinto documental – também pode limitar e empobrecer as escolhas historiográficas. Uma determinada prática cultural, para trazer o exemplo da conexão entre História Local e História Cultural, pode gerar um território específico que nada tenha a ver com o recorte administrativo de uma paróquia ou município, misturando pedaços de unidades paroquiais distintas ou vazando municípios. Do mesmo modo, uma realidade econômica ou de qualquer outro tipo não coincide necessariamente com a região geográfica no sentido tradicional. Também não precisa sequer coincidir com áreas econômicas mais tradicionais, pois o que está sendo pesquisado pode ser relacionado à produção, ao consumo, à circulação, ao imaginário econômico ou a inúmeras das instâncias que são investigadas pela História Econômica, para além dos objetos mais tradicionais da Macro-Economia.

O historiador que elabora o seu trabalho de História Local deve estar sempre atento às impropriedades de orientá-lo através de recortes que coincidam com as delimitações administrativas de âmbito provincial ou municipal. De igual maneira, as regiões definidas a partir de critérios da geografia física tradicional podem se mostrar igualmente não-operacionais. Tal como já foi dito anteriormente, a região é em todos os casos uma construção do próprio historiador, que pode ou não coincidir com um recorte administrativo ou com uma região geográfica preconizada por uma Cartografia oficial. É preciso portanto que o pesquisador – ao delimitar o seu espaço de investigação e defini-lo como uma ‘região’ – esclareça os critérios que o conduziram a esta delimitação. A região corresponde a um espaço homogêneo, ou a uma superposição de espaços diversos (e, neste caso, a espaços superpostos em fase ou em defasagem)? Existe um fator principal que orienta o recorte estabelecido pela pesquisa? Está se tomando a região como uma área humana que elabora determinadas identidades culturais, que possui uma feição demográfica própria, que produz certo tipo de relações sociais, que organiza a partir de si determinado sistema econômico? O critério norteador coincide com o de região geográfica, com o político-administrativo? Se é um critério administrativo, é o critério administrativo de que tempo – o do historiador, ou o do período histórico examinado?

Um critério geográfico amparado na cartografia tradicional, da mesma forma, pode ou não ser pertinente a uma pesquisa que se realiza. Assim, pode-se dar que um determinado objeto de pesquisa justifique o uso da definição estruturalista de região,

que a encara como o espaço de uma interação marcada por determinações recíprocas entre o ambiente físico-natural e os processos sociais que nele se desenvolvem. Seria o caso, então, de se definir o peso que se atribui à determinação geográfica neste processo. Ou pode ser que seja pertinente um enfoque mais culturalista, no qual se define a região preferencialmente “a partir da influência que os elementos de ordem étnica, religiosa ou cultural, de modo geral, exercem sobre a relação entre o homem e o seu meio”⁴.

O historiador deve dedicar, por outro lado, uma atenção especial aos critérios políticos e sociais. Uma região pode ser delimitada como um espaço onde se reproduzem certos padrões de conflitos sociais, ou como um espaço onde se desenrola determinado movimento social. Nestes casos, “o espaço tornar-se-ia o cenário, por excelência, da luta de classes”¹⁹, e portanto a expressão mais concreta de um modo de produção historicamente determinado que produz estas relações de classe. Isto vem ao encontro da combinação do enfoque regional com a abordagem materialista-histórica da História, de acordo com esta ou aquela perspectiva mais específica. Aqui, a “região” construída pelo historiador deixaria de ser um dado externo à sociedade, como se a precedesse ou como se fosse o caso de meramente se fixarem balizas para o estudo, para passar a ser encarada como algo produzido a partir do próprio processo social examinado.

A próxima questão à qual gostaria de me ater refere-se à necessidade de distinguir mais claramente o par “História Local / História Regional” da “Micro-História”. Não há como confundir uma coisa com a outra. Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica. O espaço regional, como já foi destacado, não estará necessariamente associado a um recorte administrativo ou geográfico, podendo se referir a um recorte antropológico, a um recorte cultural ou a qualquer outro recorte proposto pelo historiador de acordo com o problema histórico que irá examinar. Mas, de qualquer modo, o interesse central do historiador regional é estudar especificamente este espaço, ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço, mesmo que eventualmente pretenda compará-lo com outros espaços similares ou examinar em algum momento de sua pesquisa a inserção do espaço regional em um universo maior (o espaço nacional, uma rede comercial).

Que a região é uma construção do historiador, do geógrafo ou do cientista social que examina uma determinada questão, isto já o sabem de longa monta os historiadores regionais ou os historiadores locais. A região, tal como já foi discutido em momento

anterior, não existe obviamente como espaço pré-estabelecido; ela é construída dentro das coordenadas de uma determinada pesquisa ou de uma certa análise sociológica ou historiográfica. Por isto, aliás, é preciso que o pesquisador – ao delimitar o seu espaço de investigação e defini-lo como uma ‘região’ – esclareça os critérios que o conduziram a esta delimitação. Posto isto, é óbvio que o ‘espaço’, seja este definido como espaço físico ou como espaço social, é uma noção fundamental para este campo de estudos que pode ser categorizado como História Regional ou Local.

Enquanto a História Regional (ou Local) corresponde a um domínio ou a uma abordagem historiográfica que foi se constituindo em torno da idéia de construir um espaço de observação sobre o qual se torna possível perceber determinadas articulações e homogeneidades sociais (e a recorrência de determinadas contradições sociais, obviamente), e por fim examiná-lo de algum modo como um sistema, já com relação à Micro-História temos outra situação. Tal como deve ser ressaltado, pode-se dizer que a Micro-História não se relaciona necessariamente ao estudo de um espaço físico reduzido, embora isto possa até ocorrer. O que a Micro-História pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos. Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente *a* pequena comunidade, mas estuda *através* da pequena comunidade (não é por exemplo a perspectiva da História Local, que busca o estudo da realidade micro-localizada por ela mesma). A comunidade examinada pela Micro-História pode aparecer, por exemplo, como um meio para atingir a compreensão de aspectos específicos relativos a uma sociedade mais ampla. Da mesma forma, posso tomar para estudo uma ‘realidade micro’ com o intuito de compreender certos aspectos de um processo de centralização estatal que, em um exame encaminhado do ponto de vista da macro-história, passariam certamente despercebidos.

Para utilizar uma metáfora conhecida, a Micro-História propõe a utilização do microscópio ao invés do telescópio. Não se trata, neste caso, de depreciar o segundo em relação ao primeiro. O que importa é ter consciência de que cada um destes instrumentos pode se mostrar mais apropriado para conduzir à percepção de certos aspectos do universo (por exemplo, o espaço sideral ou o espaço intra-orgânico). De igual maneira, a Micro-História procura enxergar aquilo que escapa à Macro-História tradicional, empreendendo para tal uma ‘redução da escala de observação’ que não poupa os detalhes e que investe no exame intensivo de uma documentação. Considerando os exemplos antes citados, o que importa para a Micro-História não é

tanto a ‘unidade de observação’, mas a ‘escala de observação’ utilizada pelo historiador, o modo intensivo como ele observa, e o que ele observa.

É por isto que podemos atrás afirmar que o objeto de estudo do micro-historiador não precisa ser necessariamente o espaço micro-recortado, havendo a possibilidade de que corresponda a uma prática social específica, à trajetória de determinados atores sociais, a um núcleo de representações, a uma ocorrência (por exemplo, um crime) ou a qualquer outro aspecto ou micro-recorte temático que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que se dispôs a examinar. Se ele elabora a história de vida de um indivíduo (e frequentemente escolherá neste caso um indivíduo anônimo) o que o estará interessando não é propriamente biografar este indivíduo, mas sim abordar os aspectos que poderá perceber através do exame micro-localizado desta vida. De igual maneira, e retomando o contraste entre Micro-História e História Local / Regional, pode-se dizer que, de modo geral, o micro-historiador nunca está particularmente preocupado em estudar a região, tal como ocorre com o historiador que se dedica à “História Local”, mas sim que ele estuda *na* região. Estudar “a” região, e estudar “na” região, são evidentemente coisas distintas.

Neste momento final já nos poderemos pôr a refletir, mais confortavelmente, a respeito da possibilidade de distinguir também a História Local da História Regional. Esta será certamente uma operação teórica um pouco mais ambígua, pois nem todas as línguas historiográficas apresentam estas duas expressões como designativas de modalidades historiográficas distintas. Na França, por exemplo, sempre se falou em “História Local”, e nesta designação enquadram-se tanto pesquisas que no Brasil poderiam se relacionar à História Local, como pesquisas que poderiam se relacionar mais propriamente à História Regional. De fato, para a historiografia brasileira, o simples recorte espacial-localizado não implica necessariamente em História Regional.

Porque não aproveitar a riqueza da língua portuguesa, que tem abrigado as duas expressões – “história local” e “história regional” – para definir o “Regional” como aquilo que se refere ao lugar integrado a um sistema, embora dotado de sua própria dinâmica interna? A idéia de “região”, neste sentido mais específico, associa-se à noção de que temos agora um lugar que se apresenta ele mesmo como sistema – com sua própria dinâmica interna, suas regras, sua totalidade interna – e que habitualmente se encontra ligado ou a uma rede de outras localidades análogas, ou a um sistema mais amplo (por exemplo, as várias regiões econômicas ou políticas que, no período do escravismo colonial, ligam-se a este sistema nacional mais amplo, a uma rede comercial

mais abrangente, ou a qualquer outra realidade que termine por se apresentar como um sistema de sistemas).

Em contrapartida, o “Local” poderia se relacionar àquele lugar que é recortado por um problema transversal (cultural, político, por exemplo). Quando examino a literatura de cordel de determinada comunidade, com vistas a compreender certa conexão entre este gênero cultural a determinados aspectos que podem ser políticos, culturais, econômicos, ligados ao imaginário ou às mentalidades, relativos a certas heranças culturais trazidas por movimentos demográficos específicos, posso estar trabalhando mais propriamente com uma História Local do que com uma História Regional. Isto porque neste momento não estou interessado em trabalhar a localidade como um sistema, como uma totalidade social, como um sistema ancorado no espaço que se liga a outra espacialidade mais ampla. A localidade, nestes casos, é tratada mais como “lugar” do que como “região”.

O pequeno recorte de uma vizinhança, ou de uma comunidade de migrantes, ou de uma prática cultural que se localiza no interior de um lugar (por exemplo, no interior de uma cidade) também pode nos remeter ao “local”, e não ao “regional”. De outra parte, tal como já foi pontuado, dependendo da abordagem empregada poderemos também estar falando aqui em Micro-História. Micro-História e História Local, aliás, também constituem conexões possíveis, já que o universo de observação da Micro-História pode corresponder também ao recorte local (mas também pode corresponder à trajetória de vida de um indivíduo, de uma família, ou aos desenvolvimentos de uma determinada prática cultural). De todo modo, Micro-História e História Local, em que pese constituam modalidades historiográficas bem diferenciadas, também se abrem para os seus possíveis diálogos.

Pensar estas nuances possíveis entre o “local” e o regional” constitui apenas uma proposta, um exercício de imaginação historiográfica, já que frequentemente, entre nós, “História Local” e “História Regional” são expressões empregadas de maneira quase sinônima. Uma vez que temos ao dispor de nossa linguagem historiográfica as duas expressões, o que não ocorre com a historiografia de outros países, podemos tirar partido desta duplicidade de designações, fazer delas um instrumento para nos aproximarmos de uma maior complexidade relacionada aos diversos objetos historiográficos possíveis.

Há também certa tendência, no Brasil, a utilizar a utilizar a expressão “história local” para o estudo de localidades menores do que aquelas regiões geográficas ou

administrativas mais amplas que podem corresponder a um estado, ou mesmo a uma área consideravelmente grande dentro de um estado. Assim, a “história local”, na historiografia brasileira, costuma se referir a cidades, bairros, vizinhanças, aldeias indígenas, enquanto a expressão “história regional” volta-se mais habitualmente para as regiões mais amplas (o Vale do Paraíba, o sul de Minas, o estado do Piauí, e assim por diante). Mas isso é praticamente uma especificidade de países de dimensões continentais como o Brasil. Na Europa, onde esta modalidade historiográfica surgiu (por volta dos anos 1950) não se justificava muito uma distinção entre os dois vocábulos. Isso é facilmente compreensível, uma vez que na Europa os espaços são muito mais reduzidos do que em países como o Brasil, a Argentina, os Estados Unidos ou o Canadá. Existem estados brasileiros nos quais caberiam diversos países europeus, como é o caso do Amazonas, um estado cujas dimensões superam a área somada de todos os países da Europa, se desconsiderarmos a Rússia europeia. O Estado de São Paulo, por exemplo, tem uma área equivalente à de todo o Reino Unido.

Por isso, não é de se estranhar que na França, quando despontaram mais sistematicamente os primeiros trabalhos de história local, os historiadores não tenham encontrado nenhuma necessidade de cunhar uma palavra para a modalidade historiográfica que lidava com as localidades menores, e outra para aquela que lidava com as regiões mais amplas. A França anterior à Revolução Francesa (1789), por exemplo, estava dividida em 39 *províncias*. Se considerarmos que o estado brasileiro de Minas Gerais é do tamanho da França, poderemos entender a espacialidade mais reduzida a que se refere cada uma das províncias francesas da França do Antigo Regime. Historiadores como Pierre Goubert, um dos pioneiros dos estudos de história local na França, costumavam trabalhar precisamente com esta unidade de espaço que Goubert chamava de “unidade provincial comum”, e que ele associava a unidades “tais como um *country* inglês, um *contado* italiano, uma *Land* alemã, um *pays* ou *bailiwick* franceses”⁵. Nestes e em outros casos, o espaço escolhido pelo historiador coincidia, de modo geral, com uma certa unidade administrativa. Muitas vezes também correspondia a uma unidade bastante homogênea do ponto de vista geográfico ou da perspectiva de práticas agrícolas. Também se tratava habitualmente de zonas mais ou menos estáveis – bem ao contrário daquilo que, durante o período colonial, acontecia em países como os da América Latina, com seus entremeados de áreas conturbadas e de disputas políticas para as quais devemos considerar a ocorrência muito mais freqüente de “fronteiras móveis” (vale dizer, de fronteiras flutuantes entre as regiões e constituintes de uma

geografia política que se redefinia com uma frequência bem maior do que nos países europeus).

O padrão tipicamente europeu de organização da espacialidade política permitiu que fosse aproveitado, por aqueles historiadores que começavam a desenvolver estudos regionais cobrindo todo o Antigo Regime, um modelo no qual o espaço podia ser investigado e apresentado previamente pelo historiador, como uma espécie de moldura na qual os acontecimentos, práticas e processos sociais se desenrolavam. Frequentemente, e até os anos 1960, as monografias derivadas da chamada Escola dos Annales apresentavam previamente uma introdução geográfica, e depois vinha a história, a organização social, as ações do homem. A possibilidade de este modelo funcionar, naturalmente, dependia muito do objeto que se tinha em vista, para além dos padrões da espacialidade europeia nos períodos considerados, conforme já vimos. De todo modo, esse foi o padrão inicial da chamada “história local”, nos seus primórdios na historiografia europeia de meados do século XX.

No Brasil, país de dimensões continentais, a dinâmica das expressões História Local / História Regional também pode ser utilizada para estabelecer essa relação entre espaços menores e espaços maiores, que os integram. Esses usos passam por decisões dos próprios historiadores envolvidos nesses estudos. É muito comum a utilização da designação história regional para os espaços mais amplos, por exemplo, nos casos em que a História Local estabelece conexões com a História Econômica. Mas não é uma regra, obviamente.

Uma última questão que pode ser pensada – mas não a menos importante – refere-se ao papel da História Local / Regional no jogo institucional de poderes e saberes. Não é raro verificar que as instituições de saber e a Academia frequentemente se apropriam dos campos históricos com vistas a marcar posições na territorialidade acadêmica, hierarquizar o saber, ou impor um determinado modelo de divisão do trabalho intelectual. No caso do Brasil, o sistema que se superpõe à rede de poderes e saberes concernentes à área de História é o universo da pós-graduação *stricto sensu*, a instância maior para a produção de pesquisa no Brasil. Insinua-se muito a idéia de que os “grandes temas”, no sentido incorreto de temáticas de caráter mais geral ou que se voltam para realidades mais amplas, “não locais”, podem ser pesquisados por determinadas universidades, e não por outras; ou de que outras universidades devem tomar a seu cargo a “História Local”, mais especificamente a história das localidades nas quais se assentam.

Hierarquizar campos históricos, e, mais ainda, instituições de pesquisa, é evidentemente uma falácia. Nem a “história local” é um saber menor, e nem existem “universidades periféricas” que devem se dedicar a esta ou àquela modalidade temática, enquanto as “universidades centrais” se ocupam de “saberes maiores”. Não há maior falácia, aliás, do que pensar em determinadas modalidades ou campos históricos como periféricos. Também é absurdo, em um mundo informatizado e ágil nas comunicações e meios de transportes, no qual arquivos inteiros foram digitalizados e disponibilizados na rede mundial de computadores, pensar que seja cabível ou desejável submeter os saberes acadêmicos a certo esquadramento geográfico. Um historiador residente em qualquer lugar do país pode empreender boa parte uma pesquisa relacionada a qualquer tema que seja considerado de “temática mais ampla”, seja lá o que isso for, sem ter que despender grandes investimentos na sua locomoção; mais ainda, é possível fazer a “história local” de qualquer lugar que se queira, mas não apenas a história da localidade em que o historiador se encontra. Já existem diversos arquivos locais que disponibilizaram digitalmente os seus acervos, ou em vias de fazê-lo, apenas para mencionar um tipo de documentação que é a de arquivo.

Obviamente que, quando o trabalho historiográfico se constitui no interior de determinadas conexões, como a tão comum conexão entre História Local e História Oral, o acesso do historiador à localidade examinada, em alguns momentos de sua pesquisa, pode se tornar uma exigência difícil de ser contornada. Já as conexões entre História Cultural e História Local, quando tratarmos de objetos cujas fontes já tenham encontrado caminhos editoriais e virtuais diversos, tal como ocorre na literatura de cordel, podem abrir mesmo a possibilidade de que se trabalhe com a História Local à distância. Em um tempo não muito distante (e um tempo não muito distante no século XXI pode se incluir até mesmo nos limites de uma década) é possível que mesmo a História Oral também inclua de maneira significativa, entre suas práticas, a da entrevista virtual, por e-mail ou em tempo real. Os progressos tecnológicos aproximam todos os lugares, e tendem a viabilizar todos os locais. A História Local seguirá com longa vida pelos tempos afora.

NOTAS

¹ BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2009, 6ª edição.

² A “História Local”, aliás, surgiu na França acoplada ao projeto de não abrir mão da totalidade. Em seu célebre artigo sobre “A História Local”, Pierre Goubert chama atenção para o fato de que a emergência da história local dos anos 1950 havia sido motivada precisamente por uma combinação entre o interesse em estudar uma maior amplitude social (e não mais apenas os indivíduos ilustres, como nas crônicas regionais do século XIX) e alguns métodos que permitiriam este estudo para regiões mais localizadas – mais particularmente as abordagens seriais e estatísticas, capazes de trabalhar com dados referentes a toda uma população de maneira massiva. Ao trabalhar em suas pequenas localidades, os historiadores poderiam desta maneira fixar sua atenção “em uma região geográfica particular, cujos registros estivessem bem reunidos e pudessem ser analisados por um homem sozinho” (Pierre GOUBERT, “História Local” in *História & Perspectivas*, Uberlândia, 6-45-47, Jan/Jun 1992, p.45).

³ No caso francês, e em outros países europeus, existe uma certa rede de organização paroquial e institucional, a qual habitualmente se mostra bem sintonizada com singularidades culturais, que pode favorecer a superposição da “região” construída pelo historiador com a “região” que já aparece como um elemento institucional prévio. Na Europa, as fronteiras são menos móveis que nas Américas, um universo de espaços mais amplos. Desta maneira, para os historiadores locais que se agruparam em torno da liderança de Goubert, a coincidência entre a região examinada e uma unidade administrativa tradicional como a paróquia rural ou o pequeno município frequentemente permitia que o historiador resolvesse todas as suas carências de fontes em um único arquivo, ali mesmo encontrando e constituindo a série a partir da qual poderia extrair os dados sobre a população e a comunidade examinada. Em um país como o Brasil, no qual os arquivos ainda estão se constituindo nos diversos lugares afastados dos grandes centros urbanos, esta realidade, ou esta “facilidade” nem sempre existe – e isto obriga, inclusive, a que o historiador se depare de modo mais incontornável com a verdadeira questão historiográfica: a de que toda “região” ou “localidade” deve ser construída ou reconstruída pelo historiador.

⁴ Conforme Paulo H. N. MARTINS, este é o enfoque que predomina hoje na Sociologia Política (“Espaço, Estado e Região: novos elementos teóricos” In *História Regional: uma discussão*. Campinas: UNICAMP, 1987. p.24).

⁵ Pierre GOUBERT, “História Local” in *História & Perspectivas*, Uberlândia, 6-45-47, Jan/Jun 1992, p.45.